

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO MÉDIO DO IFES/ITAPINA

Maria da Penha Alves Ribeiro Corona – UFES¹
Eixo Temático 5: Formação de Professores

Resumo

Tem como objetivo constituir processos de formação com os professores da educação profissional e tecnológica do Ifes campus Itapina visando à inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados nos Cursos de Ensino Médio. Fundamenta-se nas contribuições de Freire (1987, 1996) e autores da Educação Especial. Apoiar-se na pesquisa de cunho qualitativo e nos pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica, tendo como procedimentos: a) pedido de autorização ao órgão competente e aos sujeitos envolvidos para a realização do estudo e a organização do processo formativo; b) consulta documental: compreensão da história da cidade de Colatina/ES, a política educacional nela presente e a escola pesquisada na interface com a Educação Especial; c) composição de encontros de formação com os profissionais da escola. Toma o período de abril a dezembro de 2020 para a coleta dos dados, tendo como instrumentos de registro, o diário de campo e gravadores. Traz como sujeitos da pesquisa a direção da unidade de ensino, a coordenação de ensino e de curso, os pedagogos, os professores do ensino comum, a equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Busca pelos seguintes resultados: constituição de conhecimento sobre as políticas de Educação Especial no Ifes Campus Itapina, bem como acerca das possibilidades e dos desafios que atravessam o processo; adensamento dos saberes-fazer dos profissionais da Educação em atuação na escola em relação aos pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva e; fortalecimento dos processos de inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos Cursos de Ensino Médio da referida instituição, sendo todo o processo alimentado pela formação continuada de professores em contexto.

Palavras-chaves: Educação Especial. Ensino Médio. Educação Profissional e Tecnológica. Formação de Professores

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca fortalecer os processos de inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial, regularmente matriculado no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina – pela via da formação continuada

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo - (alvesribeirocoronam@gmail.com).

de professores. O referido instituto se encontra localizado em um distrito da cidade de Colatina/ES, responsabilizando-se pelo: a) Ensino Médio Integrado aos cursos de Técnico em Agropecuária e Zootecnia; b) subsequente, isto é, para estudantes com Ensino Médio que realizam a parte técnica na instituição; c) concomitante, neste caso, quando o estudante realiza o Ensino Médio em outra unidade de ensino e a parte profissional no Instituto. Além disso, dispõem dos Cursos de graduação em Pedagogia (licenciatura), Agronomia e Ciências Agrárias (bacharelados).

Focalizamos este estudo de mestrado profissional em Educação nos processos de formação continuada dos professores, considerando a inclusão dos alunos público-alvo nos Cursos de Ensino Médio ofertados pelo referido Instituto. O interesse pela temática se dá pelo fato de a referida instituição de ensino contar com a matrícula de estudantes com deficiências e com transtornos globais do desenvolvimento nesta etapa da Educação Básica que se conflita com os processos de formação de muitos professores que encontram dificuldades em compor práticas de ensino para promover a inclusão desses sujeitos.

O ingresso desses estudantes tem convocado o Instituto a se constituir em um espaço mais inclusivo, todavia, a inclusão escolar vai além da matrícula. É preciso que a escola garanta os direitos de aprendizagem, oferecendo condições para que todos os estudantes se desenvolvam. Dentre os desafios que atravessam a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial na instituição aqui retratada, temos a necessidade de investimentos na formação continuada dos professores, tendo em vista muitos possuem licenciatura sem aprofundamentos ou debates no campo da Educação Especial, enquanto muitos são formados em cursos de bacharelados e áreas técnicas, como Agropecuária, Zootecnia, Agronomia, dentre outras, também carentes de tal abordagem.

A carência de uma abordagem *teórico-prática* da dimensão da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva na formação inicial e continuada tem levado esses educadores encontrarem maiores dificuldades em compor práticas pedagógicas que envolvam os estudantes e potencializem os

processos de ensino-aprendizagem de forma coletiva, na própria sala de aula comum. Assim, o compromisso assumido por esse estudo de mestrado centra-se em colaborar com a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina – nos Cursos de Ensino Médio, pela via da formação continuada de professores.

Desta forma, baseada em Minayo (2001), quando alerta que a base de sustentação da pesquisa é a elaboração de sua questão de investigação, o presente estudo (em andamento) se propõe a colaborar com a produção de conhecimentos visando à inclusão de alunos público-alvo da Educação Básica no Ensino Médio, colaborando com a ampliação dos saberes-fazer dos docentes.

Diálogos entre Freire e a formação de professores no contexto da inclusão escolar

No estudo, trataremos de complexidades presentes nos processos de ensino-aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial no tocante à formação de professores. Diante disso, contamos com Freire (1987, 1996) para compreendermos princípios balizadores da formação de professores frente às demandas da contemporaneidade.

Segundo Freire (1996), não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, e, em assim sendo, é papel das agências de formação docente forjar profissionais capazes de pensar que à prática docente são necessários conhecimentos que ajudem o estudante conhecer a palavra e o mundo, ou seja, relacionar os conhecimentos aos modos de superação dos processos de opressão existentes na sociedade.

Portanto, é preciso que esse profissional se debruce a conhecer o contexto em que seu aluno está inserido, possibilidades didáticas para aprender e ensinar e o uso de os recursos pedagógicos, fazendo uma sondagem diagnóstica para descobrir o que o estudante sabe ou não sabe, visando atender às especificidades para o direito de aprender. Portanto, pesquisar o ensino e as

metodologias em função dos direitos à aprendizagem é um desafio da Educação contemporânea a ser assumido pelos processos de formação de professores.

Por isso, vale pontuar que falar de processos de ensino-aprendizagem vai além do velho jargão: basta ao professor o domínio da prática, pois, como diz Freire (1996), o ato educativo é um processo dialógico constituído pela relação teoria e prática. Além disso, as interações entre educando-educador e os processos de ação-reflexão-ação, ou seja, a práxis pedagógica, também são bases de processos de ensino-aprendizagem emancipatórios.

Todo esse movimento requer atenção do professor-mediador da aprendizagem, exigindo o exercício ético para a escola cumprir o seu papel na sociedade. Para o exercício desse papel, Freire (1996) nos provoca a pensar na importância da formação política do professor e da reflexão crítica sobre a prática, porque é importante ao professor se afastar dos pressupostos da educação bancária que compara o aluno com uma conta aberta em uma agência financeira que apenas recebe depósitos de conhecimentos pelo educador.

Aos processos de formação de professores, cabe disseminar a compreensão de que, ao mesmo tempo em que o professor ensina, ele também aprende e que no contexto da sala de aula, as atividades não devem trabalhar repetições e requerem seriedade no planejamento levando em conta os aspectos científicos, físicos, emocionais e afetivos para que aconteçam esses processos mútuos de ensinar e aprender.

Dessa forma, nos processos de formação docente há de se refletir que a “educação bancária” se concretiza como instrumento legitimador da ordem opressora empreendida pelo desejo por classes hegemônicas, impossibilitando o desenvolvimento do pensamento livre e autônomo dos sujeitos envolvidos no ato educativo. Além disso, dificulta a construção da consciência crítica – possibilidade fundamental para o ser humano se assumir como sujeito histórico

e social e favorecedor do enfretamento de atitudes opressoras. Na perspectiva da educação bancária:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz 'comunicados' e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção 'bancária' da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção 'bancária' da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber (FREIRE, 1987, p. 33).

Pensando na inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial, essa prática bancária contribui para que aconteçam atitudes de exclusão da/na escola, uma vez se tratar de uma educação conteudista que vai contra os princípios de uma educação libertadora. Na educação bancária, a relação que se estabelece entre professor e aluno é uma relação vertical, pois o professor – detentor de conhecimentos e de informações – se impõe ao aluno carente do saber do professor. O professor –sujeito ativo e detentor do conhecimento – tem a função de alavancar o aluno, sujeito passivo, colocado na condição de inferioridade, porque carente do saber docente (FREIRE, 1987).

Na Educação Especial, a educação bancária não permite ao professor conjugar a apropriação dos conhecimentos curriculares com as demandas específicas de aprendizagem dos alunos, até porque, essas especificidades são consideradas inferiores frente aos conhecimentos legitimados pelo pensamento opressor presente nos currículos e nas ações didáticas quando a formação docente não caminha numa perspectiva libertadora.

Por isso, no contexto da formação docente, cabem reflexões sobre a importância de se promover o respeito aos saberes dos educandos, bem como às suas necessidades comuns e específicas de aprendizagem. Esse pensamento nos convoca a refletir sobre práticas educativas que requerem fazeres pedagógicos que considerem a valorização da bagagem cultural desses sujeitos. No caso dos estudantes público-alvo da Educação Especial,

agrega-se aos saberes a serem ensinados, os conhecimentos dos educandos, bem como as necessidades específicas de aprendizagem que devem ser consideradas para se trabalhar a apropriação dos conhecimentos que compõem os currículos escolares.

Nessa perspectiva, há de se valorizar o contexto vivido pelos educandos e utilizar as experiências que eles têm e trazem para a escola, por isso, a relevância de conectar os conteúdos à vida social em que os alunos habitam. Diante disso, é importante o professor conhecer a realidade dos estudantes para que os conhecimentos consigam dialogar com as necessidades e os desejos desses sujeitos. Para tanto, cabe ao professor dominar os conhecimentos a ser mediados, mas não de maneira arrogante, não se portando como detentor de todo o saber.

Além disso, espera-se dos profissionais da Educação se aproximarem de ações didáticas que façam os conhecimentos terem sentido para os alunos, procurando saber das vivências desses sujeitos, com o devido respeito, para promover a relação dessas experiências com os conhecimentos mediados, estando, atento, à necessária reflexão sobre a sociedade opressora em que vivemos.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos (FREIRE, 1987, p.15).

Apoiada na importância de o professor nutrir respeito aos saberes dos educandos traz, para essa discussão, as práticas de ensino comprometidas com as aprendizagens de todos os alunos, aqui em destaque os que compõem o público-alvo da Educação Especial. Esses alunos, tal qual os demais, têm

direito de aprender por meio de conhecimentos que emancipam. Não podemos resumir esses estudantes em deficiências ou limitações e apresentar conhecimentos que em nada contribuam com os seus processos de desenvolvimento.

É nesse sentido que Freire (1987, 1996) nos motiva a constituir processos de formação continuada com professores do Ifes Campos Itapina visando práticas de ensino atreladas ao direito à Educação para que esses estudantes tenham suas demandas comuns e específicas de aprendizagem atendidas, pois temos professores que não tiveram (no transcorrer de sua formação inicial) reflexões teórico-práticas sobre a escolarização desses estudantes, sem dizer daqueles profissionais formados em cursos de bacharelados que foram se constituindo professores por meio de ações práticas, dada a especificidade educacional constitutiva dos Institutos Federais de Educação.

Por isso, Freire (1987, 1996) nos provoca a pensar a formação docente como um processo contínuo, tendo em vista a dinâmica do inacabamento humano e do conhecimento. Diante disso, a formação do professor não se esgota na formação inicial – momento em que ele adquire conhecimentos e a titulação para assumir a profissão – sendo preciso reconhecer que o ato de ensinar fará da formação docente um processo permanente.

Essa compreensão abrirá mais possibilidades para o educador assumir uma postura de pesquisa e ter um olhar atento à evolução do conhecimento, ao que aluno traz da realidade social, as demandas específicas de aprendizagem desse sujeito e a busca por estratégias de ensino inovadoras. Por isso, há de se investir em momentos de formação continuada, tendo como base a relação teoria e prática e as demandas apontadas pelos professores e os estudantes, visando o fortalecimento da docência no contexto da inclusão escolar.

Os processos de formação – por serem contínuos – devem colaborar para a prática reflexiva e propositiva sobre o cotidiano da escola, contribuindo, ainda, para tornar o profissional pesquisador e engajado. Os desafios que os professores enfrentam são reais, portanto, demandam de vivência constantes

de momentos de formação para que possam ministrar suas aulas ante o compromisso ético de contribuir para todo aluno aprender.

Esse debate é importante para Educação Especial, porque não existe uma receita pronta ou manual a serem seguidos para se mediar os conhecimentos com os alunos e compreensão sobre a necessidade de políticas públicas (dentre elas as voltadas à formação docente) para os professores encontrarem melhores condições de se engajarem em práticas pedagógicas que atendam todos os estudantes.

Práticas essas constituídas a partir dos saberes dos estudantes, de relações dialógicas entre educandos e educadores, de conhecimentos engajados com a emancipação e combate a todas as formas de opressão e exclusão e ações didático-metodológicas comprometidas em levar os alunos a promoverem (simultaneamente) a leitura de mundo e da palavra (FREIRE, 1996) pela via do conhecimento mediado na escola.

Nesse sentido, Freire (1987, 1996) defende ser necessário conhecimentos teóricos aliados à capacidade de pesquisa sobre a sua própria prática, garantindo, ainda, a aceitação do novo, a escuta/diálogo com seus alunos e a impossibilidade da neutralidade no ato de aprender-ensinar, pois todo ato educativo é ideológico e político.

Os pressupostos teórico-metodológicos: a pesquisa qualitativa e a pesquisa-ação colaborativo-crítica

O estudo se fundamenta na pesquisa qualitativa e nos pressupostos da pesquisa-ação colaborativa-crítica. Segundo Franco (2005), esse método de investigação busca articular a compreensão da realidade social e a busca por mudanças para os conflitos desafios nele existentes.

Trabalharemos com três frentes que se articulam. **Primeira:** protocolo do pedido de autorização e do projeto de pesquisa para apreciação da Instituição. Em seguida, diálogo com a unidade de ensino sobre a proposta e a constituição do currículo de formação. Com isso, buscaremos: a) levantar os

nomes dos profissionais interessados em participar do estudo; b) constituir o currículo da formação a partir de temáticas/demandas apontadas pelo grupo; c) organizar os dias e os horários dos encontros formativos.

A **segunda etapa** se constitui por meio da consulta documental. Objetivamos levantar informações sobre o Instituto Federais Campus Itapina, ou seja, sua história, sua política educacional, incluindo as direcionadas à Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar e as ações voltadas para a formação continuada de professores. Buscaremos documentos para compreender: a) número de estudantes matriculados na escola; b) quantitativo de professores e demais profissionais; c) número de vagas disponibilizadas pela instituição nos processos de seleção; d) número de vagas para pessoas público-alvo da Educação Especial; e) Ideb da unidade escolar; f) fluxo de alunos aprovados, evadidos e reprovados. Necessitaremos de dados/documentos que apontem as políticas de formação continuada de professores, os processos de contratação dos profissionais da Educação do quadro de efetivos e também professores substitutos e voluntários e as redes de apoio (estagiários e monitores).

A **terceira etapa** será os momentos de formação. O número de encontros e a carga horária serão definidos com os participantes, inclusive a possibilidade de realizá-los, remotamente, em virtude da Pandemia da Covid-19. Dependendo das temáticas levantadas, podemos ter como mediadores: a pesquisadora desta dissertação de mestrado, o orientador, a equipe do Núcleo de Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE), profissionais da própria unidade de ensino, pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo e de outras instituições, estando eles envolvidos com pesquisas sobre a Educação Especial, bem como o Ensino Médio e a formação de professores.

Para tanto, incentivaremos a participação dos servidores, a cada encontro formativo, por meio de convites a serem produzidos pela pesquisadora contendo: a) o tema do encontro; b) o mediador; c) data, horário e local. Ao

final de cada encontro formativo, os professores realizarão uma avaliação descritiva do encontro apontando os pontos positivos, negativos e interessantes, pois essas informações nos ajudarão a potencializar os encontros futuros, mas também se constitui como uma rica fonte de dados que nos ajudarão a constituir a análise crítica dos impactos dos processos formativos no trabalho pedagógico realizado pela escola mediante a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial.

Teremos como sujeitos os profissionais da escola que demonstrarem interesse pelos movimentos de formação produzidos pelo estudo. Há a estimativa de os momentos de formação contarmos com a presença de 91 (noventa e um) profissionais, conforme o quadro abaixo que demonstra as funções desempenhadas.

Quadro 2: Número de profissionais da unidade de ensino

Nº	CATEGORIA	QUANTIDADE
um	Direção da unidade de ensino	01
2	Coordenadores de ensino	01
3	Coordenadores de curso	04
4	Pedagogos	02
5	Professores Ensino Médio Integrado	56
6	Equipe do NAPNE (monitores e estagiários)	07
7	Comissão do NAPNE (servidores)	20

Fonte: dados da escola organizados pela pesquisadora

Os instrumentos utilizados para registros dos dados serão: a) o diário de campo para anotações das questões vividas no transcorrer dos momentos de formação continuada, para análises dos diálogos realizados com os professores e para reflexões advindas dos documentos consultados; b) o gravador e a filmadora que assumem a tarefa de registrar os momentos de formação e todas as falas para posterior análise. Os dados do estudo serão coletados no período de setembro a dezembro de 2020, compreendendo as três fases do estudo.

Resultados e Discussões

Até o presente momento, fizemos a consulta documental e o registro de observação das políticas educacionais disponibilizadas pelo Instituto Federal de Educação – Campus Itapina. Constatamos que a unidade de ensino dispõe, em 2020, com 11 alunos público-alvo da Educação Especial matriculados nos Cursos de Ensino Médio, sendo que, nos processos de seleção, há reserva de vagas para esses alunos.

O Instituto Federal de Educação – Campus Itapina – conta com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) que segue a definição de Educação Especial apresentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008): modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades e que realiza o atendimento educacional especializado, disponibilizando os serviços e os recursos próprios desse atendimento, orientando, os alunos e os professores, quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Nesse sentido, considera que todos os cursos oferecidos devem ser organizados de forma a garantir não apenas acessibilidade, mas também condições para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, adequando e ressignificando currículos e práticas. Por meio do NAPNE promove-se a formação continuada dos servidores na perspectiva da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Além disso, realiza-se o atendimento educacional especializado, tanto nos apoios na classe comum, como em momentos individualizados e em pequenos grupos, neste caso, no contraturno.

Para tanto, conta-se com professores especializados, monitores e intérpretes de Libras para a realização do atendimento educacional especializado. Os profissionais em atuação no NAPNE buscam trabalhar, de modo articulado com os profissionais do Ensino Médio, no que se refere às adaptações de materiais e atividades para acessibilidade curricular. O núcleo – em parceria com a equipe pedagógica e multidisciplinar (assistente social e psicóloga) – também promove reuniões com os docentes e familiares dos alunos para traçar as demandas e os recursos necessários a serem adquiridos pela instituição.

O núcleo funciona, às segundas-feiras e sextas-feiras, contando com recursos para o atendimento aos alunos e aos professores. Esses agendam as aulas individuais e a aplicação de provas para aqueles que demandam de mais tempo para realização das atividades ou até mesmo outras especificidades.

Para a organização do trabalho pedagógico, são constituídos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), perpassando a oferta de educação profissional (nos diferentes níveis e modalidades de ensino do Instituto) e buscando fundamentação na concepção de trabalho como princípio educativo. Com isso, medeia a produção de existência e objetivação da vida humana ao articular atividades materiais e produtivas aos conhecimentos da ciência, da arte, da cultura, da técnica e da tecnologia, com a finalidade de orientar os processos formativos em toda a sua multidimensionalidade.

A maioria dos docentes do Instituto é bacharel e não possui formação específica na área de Educação Especial, situação estendida para aqueles advindos dos cursos de licenciatura. Há, entre o grupo, um pequeno número de docentes com formação na área, situação que tem colaborado com o fomento de reflexões e apoio aos demais educadores. Está presente, no discurso dos professores, a inquietação sobre a falta de preparo para o atendimento de alunos público-alvo da Educação Especial.

Ressentem-se da falta de formação para articular tanto os conhecimentos teóricos quanto práticos às condições dos alunos público-alvo da Educação Especial, indagando-se sobre a formação desses sujeitos nos Cursos de Ensino Médio que objetivam a formação profissional tecnológica. (Diante desse cenário, os investimentos na formação de professores pesquisadores, como alerta Freire 1996) se coloca como uma política necessária para a escola cumprir a sua função social, os professores atenderem aos itinerários de aprendizagem dos alunos em suas especificidades, bem como para os estudantes acessarem os conhecimentos curriculares.

Para Freire (1987, 1996), há de se defender investimentos na formação docente pautados em perspectivas crítico-reflexivas que proporcionem aos

professores pensamentos autônomos, ou seja, capacidade de reflexão sobre os conhecimentos a serem mediados, sobre as didáticas necessárias e sobre os conhecimentos políticos da profissão-professor, afastando-se de princípios que colocam os educadores como transmissores de conhecimentos que mantêm sociedades capitalistas. Diante disso, investir na formação do docente também significa investimentos da pessoa do professor e em sua profissionalidade.

Cada vez mais, os Editais de seleção de ingresso de estudantes na unidade de ensino têm oportunizado aos estudantes público-alvo da Educação Especial adentram os espaços do Instituto para buscarem formação em Nível Médio e profissional. Nesse sentido, faz-se necessário, considerar, em suas justificativas, o planejamento e a execução de políticas públicas que priorizem os processos de formação continuada para o aprimoramento do ensino a partir desta nova demandam.

Há de se considerar que Freire (1996) atrela a formação docente à perspectiva libertadora e emancipatória da educação, assumindo a relação como processos indissociáveis do fenômeno educativo. Por isso, problematiza propostas de educação conteudistas, fragmentadas e descontextualizadas da realidade pessoal, social e histórica dos alunos. Diante desse contexto, aposta enfaticamente na educação para emancipação como uma proposta de educação politicamente engajada com a causa de uma sociedade em que se rompe com todas as formas de opressão, inclusive, dos opressores que cada oprimido carrega (FREIRE, 1996).

Mediante os processos de inclusão desses alunos na unidade de ensino, os professores consideram que as práticas docentes se tornam mais complexas, principalmente aqueles que medeiam componentes curriculares de áreas técnicas, por sua vez doutores em uma determinada disciplina, não sem preparo para atender aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, apresentando, dificuldades, em mediar os conteúdos que serão trabalhados com esses alunos.

Nessa perspectiva, emergem a importância dos investimentos na formação docente visando a inclusão desses alunos nos Cursos de Ensino Médio Integrado da Educação Profissional na Rede Federal de Ensino do Ifes Campus Itapina, fase da pesquisa que iremos iniciar, remotamente, tendo em vista a problemática produzida pela Covid-19.

Considerações Finais

A instituição de ensino pesquisada tem buscado, sem desconsiderar os desafios que perpassam a ação, desenvolver trabalhos pautados no acesso, na permanência e na apropriação de conhecimentos pelos alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Médio da Educação Profissional. Tem constituído o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), bem como contratado profissional para a realização do atendimento educacional especializado, assim como, desencadear políticas de formação continuada com os educadores.

As políticas de formação vêm sendo acenadas como necessárias, frente à formação inicial e continuada dos professores. Muitos possuem cursos de graduação, assim como Mestrado e Doutorado, mas sem reflexões teórico-práticas no tocante à Educação Especial. Assim, tendo em vista os Cursos de Mestrado/Doutorado profissionais buscarem articular sua problemática de pesquisa a partir das demandas presentes nos contextos educacionais, o presente estudo realizará momentos de formação continuada com os profissionais da Educação no Ifes – Campus Itapina – buscando contribuir com o aprofundamento dos saberes-fazeres docentes, conseqüentemente, com alternativas para que os alunos público-alvo da Educação Especial venham ter o direito à aprendizagem fortalecidos na referida instituição.

Entendemos que a formação continuada de professores é uma potente ferramenta para a constituição de escolas inclusivas. A ela, devem ser

atrelados outros elementos como planos de carreira, salários e valorização docente. A formação de professores coaduna com a mudança educacional e acima de tudo com a melhoria da qualidade de ensino, pois os investimentos na formação e nos saberes docentes simbolizam investimentos na constituição das escolas como espaços de todos.

Referências

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia e pesquisa-ação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31. N. 3, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.